**CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 02/2021/PM**

**O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104.0001.04, representado neste ato pela Prefeita Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA** visando a contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de **“PROPOSTA DE PREÇOS”** e **“DOCUMENTAÇÃO”** deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Nas condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei Decreto Municipal nº 01/2021 de 04/janeiro/2021, Lei nº 8.666/1993, Lei Municipal nº 1038/2017 e Código Tributário Municipal e alterações posteriores das referidas Leis.

A Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto n.º 01/2021, processará e julgará a licitação em sessão pública, conforme a seguir especificada:

LOCAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo/SC, Sala de Reunião, Rodovia SC 452, km 24, numero 1551, Centro.

**ENTREGA DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA DE PREÇOS:**

**Hora/data: das 08:00 horas do dia 26/07/2021 a /11/08/2021 até às 08:00H45min do dia 11/08/2021**

**DIA E HORA PARA INICIO DA ABERTURA DE ENVELOPES: início às 09:00 horas**

**do dia 11/08/2021- Não havendo expediente na data fixada, fica a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo disposição em contrário.**

**JUSTIFICATIVA**

A outorga da concessão justifica-se como resposta a um problema e a uma necessidade, identificados de maneira objetiva, ou seja, a total incapacidade da Administração Municipal realizar esse serviço de natureza essencial, cujos trabalhos são de extrema importância para a comunidade local.

Nesse sentido, a delegação de serviços funerários também visa o atendimento ao público, com base em conceitos de postura, valores e atitudes, condizendo com a natureza do serviço que requer especialização de quem atende, pois além do conhecimento técnico da área, o agente funerário deve estar preparado para adentrar em um cenário psicossocial marcado pela perda, pela dor e pelo luto que envolve o usuário.

Nessa mesma linha de pensamento, a delegação de serviços funerários ainda busca possibilitar que o agente funerário conduza de forma eficaz, tranquila e acolhedora, diferentes situações de atendimento, garantindo a integridade, equalização da qualidade do serviço, a satisfação do usuário e a boa imagem do serviço público, através desta capacitação do atendimento ao público no sentido de aprimorar o desempenho nas funções através da compreensão e responsabilidades nas situações que envolvem o luto e famílias enlutadas.

|  |
| --- |
| **1** – **DO OBJETO** |

para prestação de serviços funerários, condicionada a outorga onerosa, ou seja, a maior oferta de preço e cumprimento das exigências deste edital.

* 1. – DO PRAZO – O prazo de concessão será de 2 (dois) anos, nos termos do Art.1º §2º da Lei Municipal nº 1038/2017, contados da data de início dos serviços.
  2. – DO VALOR – O valor mínimo fixado para pagamento pela outorga da concessão corresponde a R$: 20.584,00 (vinte mil quinhentos e oitenta e quatro reais ) .
  3. – DA REMUNERAÇÃO – As concessionárias estão obrigadas a obedecer à tarifa e os preços máximos pela remuneração dos serviços prestados à população, constantes em decreto municipal.

**2 - DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS**

* 1. - Informações sobre a presente licitação estão à disposição dos interessados no

Departamento de Compras e Licitação, prédio da Prefeitura Municipal, sala de Licitações, sito a Rodovia SC 452 km 24, nº 1551, centro, de segunda à sexta-feira das 13:00 às 17:00 horas.

* 1. – O projeto completo será disponibilizado de forma eletrônica aos interessados mediante solicitação no endereço eletrônico: [licitacao2@montecarlo.sc.gov.br](mailto:licitacao2@montecarlo.sc.gov.br) – [licitacao@montecarlo.sc.gov.br](mailto:licitacao@montecarlo.sc.gov.br)
  2. - Quaisquer outros esclarecimentos e informações sobre esta licitação e às condições para atendimento das obrigações a ela relativas serão prestados pela Comissão Permanente de Licitação, mediante solicitação, por escrito, protocolada de segunda a sexta-feira, nos horários citados no subitem anterior, no prédio da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, na diretoria de compras e licitações, não sendo aceitas, em nenhuma hipótese, o encaminhamento de outra forma.

**3 - DA PARTICIPAÇÃO**

* 1. – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfazerem as

condições de habilitação preliminar enumeradas no presente Edital.

* 1. – Não poderá participar desta licitação, empresa temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.
  2. – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.
  3. – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais constem em seu quadro social servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio.

* 1. – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.
  2. – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.
     1. – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o

licitado.

* 1. - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa física ou jurídica terceirizada cuja atividade esteja relacionada com o setor Jurídico, Contábil, Financeiro, Compras, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.
  2. - Estrangeiras que não funcionem no País.
  3. – Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.
  4. – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

**4 - DO CREDENCIAMENTO**

* 1. - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha

poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado, com emissão não superior a 30 (trinta) dias da abertura da licitação ou contrato social na forma da lei.

* 1. - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1. deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.
  2. - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com o setor Jurídico, Contábil, Financeiro, Compras, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.
  3. - Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.
  4. – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 5.1 e 5.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.
  5. - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

4.1, 4.2 e 4.3 não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e de responder pela empresa.

**5 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**

* 1. - No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Processo Licitatório, a

Comissão Permanente de Licitação receberá de uma só vez os 02 (dois) envelopes devidamente lacrados, contendo no ENVELOPE “01” a documentação solicitada no item 6 deste Processo Licitatório e no ENVELOPE “02” a proposta comercial conforme item 7 deste Processo Licitatório. Os envelopes deverão conter, na parte externa, os seguintes dizeres:

CONCORRÊNCIA Nº 02/2021/PM.

DATA E HORA DA ABERTURA – 11/08/2021 às 09:00 horas (RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE)

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA) ENVELOPE Nº “01” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO; e ENVELOPE Nº “02” - PROPOSTA DE PREÇOS.

* 1. - Serão lavradas atas circunstanciadas das sessões de abertura e de julgamento da habilitação e das propostas, nas quais deverão ser registradas, também as eventuais anotações solicitadas pelas licitantes, bem como recursos interpostos e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação e que será assinada pelos membros da Comissão e licitantes presentes.
     1. - A Comissão submeterá os documentos apresentados à rubrica dos representantes legais das empresas licitantes e fará constar das respectivas atas, caso algum dos representantes negar-se a rubricá-los.
     2. - Os licitantes não estão obrigados a assinar as atas porem, se recusarem a fazê-lo, esta circunstância deverá ser consignada nas mesmas;

**6 - DA HABILITAÇÃO**

* 1. - A documentação de habilitação, deverá ser entregue em envelope fechado,

contendo a seguinte indicação:

CONCORRÊNCIA N.º 02/2021/PM.

DATA E HORA DA ABERTURA – 11/08/2021 às 09:00 horas (RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE)

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA) ENVELOPE Nº “01” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

* 1. – Para comprovação da HABILITAÇÃO JURÍDICA, consistirá na apresentação do ato constitutivo na forma da lei.
  2. - Para comprovação de REGULARIDADE FISCAL, na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
2. Prova de Inscrição no Cadastro Contribuinte Estadual se houver.
3. Prova de inscrição no Cadastro Contribuinte Municipal se houver.
4. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
5. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
6. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

(Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

* 1. - Declaração da licitante, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº 9.854/99 e no Decreto nº 4.358/2002, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze anos) – Anexo V.
  2. - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.
  3. - Para comprovação de QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA, na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:
     1. - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelos distribuidores da sede da Comarca da pessoa jurídica.
     2. – Balanço Patrimonial de Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa licitante, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
     3. – Demonstrativo dos índices contábeis, assinado por contabilista habilitado, definido pela fórmula abaixo, relativo ao balanço do último exercício:

GE = (PT – PL) AT

Sendo: GE > Grau de Endividamento AT > Ativo Total

PT > Passivo Total

PL > Patrimônio Líquido

* + - 1. - Será considerada como em boa situação financeira, a licitante que obtiver grau de endividamento igual ou inferior a 1,0 (um virgula zero).
      2. – Será desclassificada a licitante que apresentar GE – Grau de Endividamento superior ao índice de 1,0 (um virgula zero).
  1. – Para comprovação de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:
     1. - Apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou executa serviços da mesma natureza técnica compatível com os serviços licitados pelo presente edital.
     2. – Apresentar CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, atualizado, de no mínimo 2 (dois) veículos fúnebres com até dez anos de fabricação.

profissional em tanatopraxia bem como a documentação de habilitação deste profissional.

|  |
| --- |
| **7 - DA PROPOSTA DE PREÇOS** |

* 1. - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

CONCORRÊNCIA N.º 02/2021/PM.

DATA E HORA DA ABERTURA – 11/08/2021 às 09:00 horas (RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE)

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA) ENVELOPE Nº “02” - PROPOSTA DE PREÇOS.

* 1. - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

1. Ser apresentada no formulário ANEXO III ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços segundo às exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
2. Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
3. Suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
4. Conter declaração de que no valor apresentado compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
5. Conter expressamente o valor que será pago ao Município de Monte Carlo, não podendo ser inferior a R$: 20.584,00 (vinte mil quinhentos e oitenta e quatro reias).
   1. - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos bem como os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (modelo no ANEXO VI).

**8. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

* 1. - Na data, hora e local indicados no preâmbulo, proceder-se-á à abertura dos

“ENVELOPES Nº 01” e a documentação nele contida será examinada e rubricada pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

* 1. - A Comissão, caso necessite de mais tempo para apreciar os documentos contidos no “ENVELOPE Nº 01”, poderá encerrar a reunião e analisá-los em nova data e horário em que voltará a se reunir para julgamento da habilitação.
  2. - Na hipótese de suspensão da reunião, todos os documentos recebidos, inclusive os “ENVELOPES Nº 02”, devidamente rubricados, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitação. Os documentos serão devidamente autuados no processo licitatório e os “ENVELOPES Nº 02” lacrados, serão rubricados e guardados.
  3. - Após a fase de habilitação, não cabe desistência das propostas, salvo por motivos justos decorrentes de fato superveniente e aceitos pela Comissão, artigo 43 parágrafo 6.º da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

manterá em seu poder, lacrados, os ENVELOPES n.º 02 contendo as propostas das licitantes, até o término do julgamento do recurso interposto.

* 1. - Serão devolvidos aos representantes das empresas consideradas inabilitadas os envelopes contendo a Proposta. No caso das inabilitadas ser recusarem a receber os envelopes de propostas ou se estiverem ausentes, tal situação ficará consignada em Ata e os referidos envelopes ficarão à disposição das mesmas, na sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, durante o período de 07 (sete) dias úteis. Findo este prazo, a Administração não terá nenhuma responsabilidade sobre os mesmos.
  2. - Quando todas os proponentes forem inabilitados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação, pelas licitantes, de novos documentos escoimados das causas que motivaram a inabilitação.

**9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.**

9.1 - Concluída a fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação procederá

à abertura do ENVELOPE “02” das licitantes habilitadas, devendo as propostas e demais documentos nele constantes serem examinadas e rubricadas pela Comissão e pelas licitantes presentes.

* 1. A Comissão poderá relevar erros ou omissões formais, dos quais não resultem prejuízo para o entendimento da proposta ou para o Serviço Público.
  2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Processo Licitatório, nem vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
  3. Serão desclassificadas as propostas que:
     1. Não atenderem às exigências contidas neste Processo Licitatório;
     2. Apresentarem valor menor que o fixado item 7.2 deste Edital.
     3. Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, considerar-se-á como tal fato os que não atenderem o disposto no artigo 44, § 3º, presumindo-se incompatíveis com os preços praticados no mercado as propostas que ficarem abaixo em 70% (setenta por cento) do valor máximo fixado pela administração, situação em que, para eliminar a desclassificação, o licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Processo Licitatório, através da planilha pormenorizada onde comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II.
  4. Após a etapa de desclassificação das propostas, os licitantes remanescentes serão classificados na ordem crescente dos preços cotados, sendo mais bem classificada a proposta com o menor preço.
  5. - As propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital mas possuírem erro de forma ou inconsistências serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão, na forma indicada:
     1. - Discrepâncias entre os percentuais: havendo discordância entre os percentuais em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

necessárias para corrigir erros cometidos pelos licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.

* 1. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias para apresentação, pelas licitantes, de novas propostas escoimadas das causas que as desclassificaram.
  2. Havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate dar-se-á por sorteio, para o qual serão convocados os licitantes.

9.9 - Será considerada vencedora a proposta que ofertar ao Poder Concedente o maior valor total, pelo prazo da concessão, não podendo ser inferior a R$: 20.584,00 (vinte mil quinhentos e oitenta e quatro reais).

|  |
| --- |
| **10. DO PAGAMENTO** |

* 1. – A adjudicatária será convocada para firmar contrato, nos termos deste edital, devendo atender as seguintes exigências:
     1. – Efetuar o pagamento do valor proposto na “Proposta de Oferta” na forma descrita neste edital.
     2. – Apresentar CNDs de Regularidade junto aos Governos Federal, Estadual, Municipal, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e de Débitos Trabalhistas.

|  |
| --- |
| **11. DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO.** |

* 1. - Publicado o resultado da licitação e encerrada a fase recursal, a Comissão Permanente de Licitação submeterá o processo de licitação à autoridade competente, para homologação, na forma da Lei n.º 8.666/93.
  2. – O prazo de Concessão será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes.

**12. DA TARIFA DOS SERVIÇOS**

* 1. – Os preços dos serviços funerários obedecerão inicialmente a decretos do

município, que regulamenta os serviços funerários, considerando planilhas de custos apresentados pela concessionária, respeitada a justa remuneração do capital, o melhoramento e expansão dos serviços, assegurando o equilíbrio econômico- financeiro para a atividade.

* 1. – Os serviços serão cobrados dos usuários solicitantes dos trabalhos da concessionária, de acordo com lei municipal, que deverá obrigatoriamente ser afixada em local de ampla visibilidade do público, dentro das dependências da funerária concessionária.
  2. – Constatada a ausência ou dificuldade de verificação da tabela de preços pelos fiscais do poder público, implicará na imediata suspensão da licença de localização e funcionamento e na instauração de procedimento administrativo para cancelamento da concessão sem prejuízo de aplicação de outras penalidades.
  3. – A Prefeitura fica isenta de responsabilidade de atos praticados por terceiros, sem sua expressa autorização.

|  |
| --- |
| **13. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.** |

fornecedor primeiro classificado.

* 1. - A Diretoria de Compras e Licitações, poderá convocar formalmente os fornecedores, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura do contrato.
     1. O prazo previsto no subitem 11.2. poderá ser prorrogado, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo concessionário e aceito pela Diretoria de Compras e Licitações.
  2. – O prazo para início dos serviços é de até 60 (sessenta) dias, contados da data de celebração do contrato, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.
  3. – O pagamento pela outorga será feito em 100% (cem por cento) do valor no momento da assinatura do termo contratual, através de depósito bancário identificado em favor do Município de Monte Carlo.

13.4.1 – O não pagamento do valor correspondente a outorga, contida no item anterior ensejará a decadência de contratar com as consequentes penalidades previstas em lei.

**14 - DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

* 1. - Todos os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados por servidores da

Prefeitura do Município de Monte Carlo - SC, devidamente designados para este fim, com autoridade para exercer em nome da Prefeitura toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

* 1. - A Fiscalização poderá determinar, a ônus da empresa licitante vencedora, a substituição dos equipamentos, serviços e materiais julgados deficientes ou não- conformes com as especificações definidas neste Edital, cabendo à licitante vencedora providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização.
  2. – Compete à fiscalização dos serviços pela equipe designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:
     1. - Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas e especificações técnicas, memoriais descritivos, e adequação dos procedimentos empregados à qualidade desejada para os serviços.
  3. - Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas na Minuta de Contrato.

**15 - DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

* 1. - Manter todas as condições de habilitação e qualificação durante a execução do

contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas para execução exigidas na licitação.

* 1. - Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Projeto Executivo, Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita às multas estabelecidas no Edital;
  2. - Empregar boa técnica na execução dos serviços;

responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam técnicos ou quaisquer outros;

* 1. – Firmar contrato de concessão com os encargos da prestação dos serviços funerários com o Município de Monte Carlo pelo prazo de 2 (dois) anos.
  2. – É vedado a Concessionária o exercício de qualquer outra atividade comercial estranha ao serviço funerário, à exceção da comercialização de Plano Funerário ou Convênio Funerário.
  3. - Propiciar o acesso da fiscalização da Prefeitura em suas dependências físicas, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas;
  4. - A atuação da comissão fiscalizadora da Prefeitura não exime a licitante vencedora de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados;
  5. - Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a danificá-los;
     1. - Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela Prefeitura;
  6. - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
  7. – Caso a licitante vencedora necessite subcontratar parte dos serviços, os empregados desta terceirizada deverão atender a todas as condições de trabalho, como se fossem seus empregados, tais como, uso de equipamentos de proteção individual e regime de registro pela CLT em nome da terceirizada;
  8. - Fornecer aos seus funcionários, equipamentos de proteção individual (EPI’s) e coletiva, adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes;
     1. - Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;
     2. - Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal, impostos e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;
  9. - Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;
  10. – A licitante vencedora deverá assinar o contrato dentro dos prazos estipulados no Edital;

social, falecidos e residentes no Município de Monte Carlo;

* 1. – Recolher das vias públicas os falecidos e encaminha-los gratuitamente ao IML
* Instituto Médico Legal, quando solicitado por autoridade policial.
  1. – Recolher mensalmente aos cofres municipais os valores correspondentes aos tributos incidentes sobre suas atividades.
  2. – Dispor de catálogo da Tarifa em local visível a apresenta-lo quando solicitado, aos familiares, para hipótese de opção por modelo de serviço e produtos.
  3. - Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução de serviços públicos concedidos, de acordo com esta Lei e com o edital respectivo;

19.20 – Prestar atendimento gratuito quando se tratar de falecimento de indigente.

* 1. – Prestar atendimento gratuito à família do falecido quando esta, comprovadamente, através de parecer da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, não tiver condições financeiras para suportar as despesas com o sepultamento e destinação de restos mortais, na forma desta lei ou de qualquer outra legislação aplicável à espécie.
  2. – Prestar gratuitamente serviço de inumação de fetos e restos mortais, decorrentes de atendimento médico-cirúrgico, solicitado por estabelecimentos hospitalares públicos ou filantrópicos.
  3. – Manter plantão diuturno, inclusiva sábados, domingos e feriados.
  4. – Assumir o ônus das despesas com serviços de limpeza na capela mortuária administrada pelo poder concedente.
  5. – Observar o fiel cumprimento do art. 9º e 10º da Lei Municipal nº 1038/2017.

|  |
| --- |
| **16 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** |

A Prefeitura, após a assinatura do contrato, compromete-se a:

* 1. - Permitir que os funcionários da licitante vencedora possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.
  2. - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.
  3. - Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
  4. - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.
  5. – Providencias a publicação do instrumento contratual;

**17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR INADIMPLEMENTO**

* 1. - Constatada a inadimplência, inverdade de quaisquer das informações ou

documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos

cumulativamente:

* 1. - Impedimento para firmar contrato, se concluída a fase licitatória;
     1. - Cancelamento do contrato;
     2. - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;
     3. - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
  2. - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:
     1. - Advertência;
     2. - Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,3% por dia de inadimplência, no caso de inexecução parcial e de 20 %, no caso de inexecução total;
     3. - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;
     4. - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
  3. - Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

17.4. A aplicação das sanções previstas neste Processo Licitatório não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

|  |
| --- |
| **18 - DA RESCISÃO CONTRATUAL** |

* 1. - O fornecedor terá seu contrato rescindido, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
     1. - A pedido, quando:
        1. - Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do contrato, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
     2. - Por iniciativa da Administração, quando:
        1. - Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
        2. - Por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado.
     3. - Por iniciativa do Departamento de Compras e Licitações, usando da prerrogativa de Administrador e Fiscalizador do Contrato, quando:
        1. - O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
        2. - Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes do Contrato;

condições estabelecidas no Contrato ou nos pedidos de compra dela decorrentes;

18.1.3.4 - Não prestar informações solicitadas pelo Departamento de Compras e Licitações;

18.2 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará a alteração em apenso no contrato.

**19 - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO**

* 1. - O contrato decorrente desta licitação será cancelado:
     1. - Automaticamente:
        1. - Por decurso de prazo de vigência;
        2. - Pela Administração, quando caracterizado o interesse público.

**20 - DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS**

* 1. - Os pedidos de impugnação, os recursos e os pedidos de reconsideração são

admitidos nas hipóteses, prazos e condições constantes, no que couber, dos parágrafos 1º a 3º do art. 41 e do art. 109, todos da Lei n.º 8.666/93, devendo ser protocolados junto ao protocolo geral na Prefeitura Municipal de Monte Carlo.

* 1. - Os recursos e os pedidos de reconsideração relativos aos atos da Comissão Permanente de Licitação deverão ser dirigidos a Prefeita Municipal, que é a autoridade competente para analisar e julgá-los, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que se manifestará previamente.

201.3 - Não serão conhecidos os pedidos de impugnação ou de reconsideração e os recursos apresentados fora dos prazos e das condições estipuladas neste Processo Licitatório e não serão conhecidos os recursos interpostos enviados por fax e vencidos os respectivos prazos legais.

20.4 - Considera-se enquadrado no inciso II do art. 88 da Lei Federal n° 8.666/93, a empresa que ingressar com recurso meramente protelatório, com intuito de retardar o procedimento licitatório, ficando sujeita a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

**21 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

* 1. - As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital;
  2. - Fica assegurado à autoridade superior da Prefeitura, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura dos envelopes, divulgando a nova data marcada.
  3. - É facultada à Comissão Permanente de Licitação, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
  4. - O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios.
  5. - A Comissão Permanente de Licitação deverá anular o certame diante de constatada ilegalidade.



* 1. - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. A Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.
  2. - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
  3. - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Especial de Licitação.
  4. - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.
  5. - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se- á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
  6. - O desatendimento às exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública da licitação.
  7. - Em caso de desfazimento deste processo licitatório, o mesmo será devidamente motivado, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.
  8. - Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas de preços, sem convocação para contratação ou pedido de prorrogação da validade, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos neste certame.
  9. - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado por escrito, à Comissão Permanente de Licitação, preferencialmente por mensagem eletrônica para o e-mail [licitacao2@montecarlo.sc.gov.br,](mailto:licitacao2@montecarlo.sc.gov.br,) ou protocolado no Protocolo desta Prefeitura.
  10. - A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.
  11. - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da legislação vigente que rege a matéria.
  12. – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital, nos termos do § 1º do Art. 41, da Lei nº 8666/93.

|  |
| --- |
| **22 - DO FORO** |

22.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígio oriundo da execução das obrigações previstas neste edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**23 – DOS ANEXOS**



23.1 - São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I - Procuração; ANEXO II - Minuta do Contrato;

ANEXO III - Modelo para apresentação da proposta;

ANEXO IV - Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação ANEXO V - Modelo declaração empregado menor, Inciso XXXIII art 7º da CF; ANEXO VI - Dados Bancários e Dados do Representante Legal.

ANEXO VII – Termo de Referência.

ANEXO VIII – Referência Técnica para o funcionamento de estabelecimentos funerários e congêneres.

Monte Carlo, SC, 22 de julho de 2021

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Guilherme Cesar Alberti

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2021/PMMC

MODELO DE PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> , por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> , constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF> , outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa na Licitação – Concorrência nº 001/2021/PM,

outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal

e qualificação na empresa>



**ANEXO II**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2021/PM

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /XXX/**

**O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rod. SC 452 Km 24, nª 1551, centro, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO, doravante denominado **CONCEDENTE,** e a empresa /xx, estabelecida na cidade de /x/, CNPJ/MF n° -/xx/, neste ato representado pelo (a) Sr (a)

/xx/, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA,** resolvem celebrar o presente contrato de concessão para exploração dos SERVIÇOS FUNERÁRIOS, que se regerá pelo disposto neste contrato, no Processo Licitatório nº 84/2021/PM, Concorrência n° 02/2021/PM, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente termo tem por objeto a concessão pelo período de 24 (vinte quatro) meses, da exploração de SERVIÇOS FUNERÁRIOS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

* 1. – O valor da outorga da concessão é de R$: xxxx (xxxxx), correspondente ao valor ofertado na proposta, para exploração dos serviços funerários pelo prazo de vinte e quatro meses.
  2. - Os reajustes das tarifas ocorrerão em conformidade com o Código Tributário Municipal.
  3. - Os preços dos serviços funerários obedecerão inicialmente a decretos do município, que regulamenta os serviços funerários, considerando planilhas de custos apresentados pela concessionária, respeitada a justa remuneração do capital, o melhoramento e expansão dos serviços, assegurando o equilíbrio econômico- financeiro para a atividade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O prazo de vigência da presente Concessão é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de assinatura do presente termo, podendo ser prorrogado por até igual período, de acordo com a conveniência das partes, mediante denúncia por escrito, até 90 (noventa) dias antes do seu término.

CLÁUSULA QUARTA – DO INICIO DAS ATIVIDADES

4.1 – A CONCESSIONÁRIA deverá dar início aos serviços no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura deste termo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSONÁRIA

São obrigações da CONCESSIONÁRIA:

* 1. - Manter todas as condições de habilitação e qualificação durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas para execução exigidas na licitação.
  2. - Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Projeto Executivo, Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita às multas estabelecidas no Edital;



* 1. - Empregar boa técnica na execução dos serviços;
  2. - A Prefeitura não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam técnicos ou quaisquer outros;
  3. – Firmar contrato de concessão com os encargos da prestação dos serviços funerários com o Município de Monte Carlo pelo prazo de 2 (dois) anos.
  4. – É vedado a Concessionária o exercício de qualquer outra atividade comercial estranha ao serviço funerário, à exceção da comercialização de Plano Funerário ou Convênio Funerário.
  5. - Propiciar o acesso da fiscalização da Prefeitura em suas dependências físicas, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas;
  6. - A atuação da comissão fiscalizadora da Prefeitura não exime a licitante vencedora de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados;
  7. - Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a danificá-los;
     1. - Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela Prefeitura;
  8. - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
  9. – Caso a licitante vencedora necessite subcontratar parte dos serviços, os empregados desta terceirizada deverão atender a todas as condições de trabalho, como se fossem seus empregados, tais como, uso de equipamentos de proteção individual e regime de registro pela CLT em nome da terceirizada;
  10. - Fornecer aos seus funcionários, equipamentos de proteção individual (EPI’s) e coletiva, adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes;
      1. - Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;
      2. - Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal, impostos e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;
  11. - Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;
  12. – A licitante vencedora deverá assinar o contrato dentro dos prazos estipulados no Edital;
  13. – Prestar serviço funerário gratuito a todas as pessoas com situação de risco social, falecidos e residentes no Município de Monte Carlo;
  14. – Recolher das vias públicas os falecidos e encaminha-los gratuitamente ao IML
* Instituto Médico Legal, quando solicitado por autoridade policial.
  1. – Recolher mensalmente aos cofres municipais os valores correspondentes aos tributos incidentes sobre suas atividades.
  2. – Dispor de catálogo da Tarifa em local visível a apresenta-lo quando solicitado, aos familiares, para hipótese de opção por modelo de serviço e produtos.
  3. - Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução de serviços públicos concedidos, de acordo com esta Lei e com o edital respectivo;
  4. – Prestar atendimento gratuito quando se tratar de falecimento de indigente.
  5. – Prestar atendimento gratuito à família do falecido quando esta, comprovadamente, através de parecer da Secretaria Municipal do Desenvolvimento

e destinação de restos mortais, na forma desta lei ou de qualquer outra legislação aplicável à espécie.

* 1. – Prestar gratuitamente serviço de inumação de fetos e restos mortais, decorrentes de atendimento médico-cirúrgico, solicitado por estabelecimentos hospitalares públicos ou filantrópicos.
  2. – Manter plantão diuturno, inclusiva sábados, domingos e feriados.
  3. – Assumir o ônus das despesas com serviços de limpeza na capela mortuária administrada pelo poder concedente.
  4. – Observar o fiel cumprimento do art. 9º e 10º da Lei Municipal nº 1038/2017.
  5. - Manter no mínimo 2 (dois) veículos fúnebres com até dez anos de fabricação, em perfeitas condições de trafegabilidade, tanto em termos mecânicos e estéticos, limpeza, higiene e segurança, observadas as normas do código de trânsito.
  6. – Fica a concessionária obrigada a observar as normas contidas na “Referência Técnica Para o Funcionamento de Estabelecimentos Funerários e Congêneres”, emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
  7. – Fica VEDADA a concessionária:
     1. – Manutenção de pessoa, funcionários ou prepostos em hospitais públicos ou nas proximidades destes com o fim de oferecer seus serviços.
     2. – Paralisar os serviços, objeto deste contrato.
     3. – Majoração dos preços sem autorização do Poder Concedente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

São obrigações da CONCEDENTE:

* 1. - Permitir que os funcionários da licitante vencedora possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.
  2. - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.
  3. - Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
  4. - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.
  5. – Providenciar a publicação do instrumento contratual;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE

7.1 – A CONCEDENTE fica isenta de qualquer ônus, direito ou obrigações vinculadas à Legislação Trabalhista, Tributária ou securitária decorrentes da execução do presente contrato, cuja observância e responsabilidade caberão exclusivamente à CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA OITAVA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

8.1 – O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser mediante prévio e expresso consentimento do Município.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

* 1. – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20 (vinte) salários mínimos do valor contratado;
  2. – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei n° 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

e 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

* 1. – As partes elegem o Foro da Comarca de Fraiburgo-SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
  2. – A concessionária poderá oferecer descontos ou praticar preços inferiores aqueles fixados pelo Poder Concedente

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Monte Carlo - SC,..... de de 2021

MUNICIPIO DE MONTE CARLO /xx SONIA SALETE VEDOVATTO xx

**Testemunhas:**



**ANEXO III**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2021/PM

**MODELO DE PROPOSTA**

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: Nome de Fantasia: Endereço: Bairro: Município: Estado: CEP: Fone/Fax: CNPJ:

Inscrição Estadual: Inscrição Municipal

1. **CONDIÇÕES DA PROPOSTA:**

Prazo de validade da proposta: 60 - dias.

Prazo de vigência do contrato: 2 (dois) anos – 24 (vinte quatro) meses, da assinatura do termo de contratação.

1. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital acima indicado e seus anexos, bem como Declaramos que concordamos com os valores estabelecidos no Código Tributário Municipal para a exploração dos serviços objeto desta concessão.

1. PROPOSTA:

Apresentamos o valor de R$: xx.xxx,xx (xxxxxx), que será pago ao município de Monte Carlo pela outorga da concessão de serviços funerários.

Monte Carlo – SC, xx de xx de 2021

Assinatura do representante



**ANEXO IV**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2021/PM

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 8666/1993, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante



**ANEXO V**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2021/PM

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(nome), portador do CPF N.º , na condição de

preposto da empresa , inscrita no CNPJ sob o Nº , DECLARO, sob as penas da lei\*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

\*Código Penal, art. 299.

Assinatura do representante



**ANEXO VI**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2021/PM

* 1. **DADOS BANCÁRIOS:**

|  |  |
| --- | --- |
| **NOME DO BANCO:** | |
| **CIDADE/AGÊNCIA:** | |
| **Nº DA AGÊNCIA:** | **Nº DA CONTA CORRENTE:** |

* 1. DADOS DA EMPRESA

|  |
| --- |
| **RAZÃO SOCIAL** |
| **INSCRIÇÃO**  **FEDERAL:**  **ESTADUAL:**  **MUNICIPAL:** |
| **ENDEREÇO COMPLETO** |
| **CONTATOS**  **TELEFONE: EMAIL:** |

* 1. **DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

|  |
| --- |
| **NOME COMPLETO:** |
| **CARGO ou FUNÇÃO:** |
| **IDENTIDADE Nº/ÓRGÃO EMISSOR:** |
| **CPF/MF Nº:** |
| **ENDEREÇO COMPLETO:** |
| **TELEFONE-FIXO: CELULAR:** |
| **ENDEREÇO EMAIL:** |
| **ESTADO CIVIL:** |
| **NACIONALIDADE:** |



**ANEXO VII**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2021/PM

**TERMO DE REFERÊNCIA PROJETO BÁSICO**

APRESENTAÇÃO

O Presente projeto básico de concessão de serviços funerários, estabelece as descrições exigidas para o serviço a ser licitado, com o intuito de atender perfeitamente aos anseios e os objetivos desta Municipalidade. Tais requisitos e funcionalidades devem ser fornecidos por um único proponente, sem rateios ou divisão de itens.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a pertinência e relevância da presente concessão como resposta a um problema e a uma necessidade, identificados de maneira objetiva, ou seja, a total incapacidade da Administração Municipal realizar esse serviço de natureza essencial, cujos trabalhos são de extrema importância para a comunidade local.

Nesse sentido, a delegação de serviços funerários também visa o atendimento ao público, com base em conceitos de postura, valores e atitudes, condizendo com a natureza do serviço que requer especialização de quem atende, pois além do conhecimento técnico da área, o agente funerário deve estar preparado para adentrar em um cenário psicossocial marcado pela perda, pela dor e pelo luto que envolve o usuário.

Nessa mesma linha de pensamento, a delegação de serviços funerários ainda busca possibilitar que o agente funerário conduza de forma eficaz, tranquila e acolhedora, diferentes situações de atendimento, garantindo a integridade, equalização da qualidade do serviço, a satisfação do usuário e a boa imagem do serviço público, através desta capacitação do atendimento ao público no sentido de aprimorar o desempenho nas funções através da compreensão e responsabilidades nas situações que envolvem o luto e famílias enlutadas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Constitui-se objeto desta licitação a Concessão de Serviços Funerários condicionada a outorga onerosa nos limites do Município de Monte Carlo, para uma empresa, pelo prazo de dois anos em conformidade com a Lei Municipal nº 1038 de 02 de fevereiro de 2017.

A empresa vencedora se compromete a executar os serviços de acordo com os padrões estabelecidos pela legislação municipal, bem como obedecer às disposições



legais vigentes que regulamentam a prestação de serviços funerários, em especial as da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância sanitária.

Os tipos de urnas e serviços comercializados deverão ser aqueles definidos em Decreto Municipal e na tabela de referência de valores das atividades funerárias no Brasil.

Os serviços objetos desta concessão serão executados dia e noite, em regime de plantão para noites e finais de semana, todos os dias até o término do prazo contratual.

Após 12 (doze) meses iniciais os reajustes nos valores constantes do decreto municipal ocorrerão tomando por base a variação da UFM acumulado nos últimos doze meses, contados da apresentação da proposta.

A concessionária deverá prestar serviços adequados na forma do contrato e nas normas legais.

Aos agentes encarregados da fiscalização pelo Poder Concedente será permitido o livre acesso, em qualquer época às instalações integrantes do serviço, inclusive quanto aos preços cobrados dos usuários dos serviços concedidos.

As contratações de mão-de-obra, feita pela concessionária será regida pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre terceiros contratados pela concessionária com o Poder Concedente.

A prestação de serviço de “tanatopraxia” deverá ser realizada em laboratório licenciado por órgão competente e de acordo com a Resolução n. 68/2007 da ANVISA.

A empresa vencedora se compromete a manter uma sede ou filial na cidade de Monte Carlo/SC, pois a demanda atendida pertence a este município.

OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Firmar contrato de concessão com os encargos da prestação dos serviços funerários com o Município de Monte Carlo pelo prazo de 2 (dois) anos.

É vedado a Concessionária o exercício de qualquer outra atividade comercial estranha ao serviço funerário, à exceção da comercialização de Plano Funerário ou Convênio Funerário.

Prestar serviço funerário gratuito a todas as pessoas com situação de risco social, falecidos e residentes no Município de Monte Carlo;

Recolher das vias públicas os falecidos e encaminha-los gratuitamente ao IML – Instituto Médico Legal, quando solicitado por autoridade policial.

Recolher mensalmente aos cofres municipais os valores correspondentes aos tributos incidentes sobre suas atividades.

familiares, para hipótese de opção por modelo de serviço e produtos.

Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução de serviços públicos concedidos, de acordo com esta Lei e com o edital respectivo;

Prestar atendimento gratuito quando se tratar de falecimento de indigente.

Prestar atendimento gratuito à família do falecido quando esta, comprovadamente, através de parecer da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, não tiver condições financeiras para suportar as despesas com o sepultamento e destinação de restos mortais, na forma desta lei ou de qualquer outra legislação aplicável à espécie.

Prestar gratuitamente serviço de inumação de fetos e restos mortais, decorrentes de atendimento médico-cirúrgico, solicitado por estabelecimentos hospitalares públicos ou filantrópicos.

Assumir o ônus das despesas com serviços de limpeza na capela mortuária administrada pelo poder concedente.

Observar o fiel cumprimento do art. 9º e 10º da Lei Municipal nº 1038/2017.

Manter no mínimo 2 (dois) veículos fúnebres com até dez anos de fabricação, em perfeitas condições de trafegabilidade, tanto em termos mecânicos e estéticos, limpeza, higiene e segurança, observadas as normas do código de trânsito.

Fica VEDADA a concessionária:

Manutenção de pessoa, funcionários ou prepostos em hospitais públicos ou nas proximidades destes com o fim de oferecer seus serviços.

Paralisar os serviços, objeto deste contrato.

Majoração dos preços sem autorização do Poder Concedente.

DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

Receber serviços adequados.

Receber informações relativas ao Serviço Funerário Municipal e sua forma de execução.

Receber as orientações necessárias sobre os tipos de serviços disponíveis. Garantia da oferta dos serviços padrões de produtos e materiais.

Exercer o direito de petição perante o Poder Público e à empresa concessionária.

DO JULGAMENTO

O julgamento do presente certame será executado com base na melhor oferta de preço, combinado com o cumprimentos das exigências de habilitação elencados no edital.

FUNERAL o conjunto de atividades que compreendem: o fornecimento de artefatos e materiais, serviços, atendimentos, organização de cerimonial, disponibilidade de estrutura física e operacional, visando a execução de todos os procedimentos necessários à realização de homenagem fúnebre e sepultamento conforme usos, costumes e tradição, de acordo com a capacidade financeira do contratante ou padrão definição definido por cobertura assistencial, securitária ou manifestação do solicitante.

FUNERAL LOCAL, aquele realizado na sua totalidade na localidade em que ocorreu o óbito. Todo funeral local compreende, independente de seu padrão, a realização de três operações indissociáveis; fornecimento de artefatos, serviços e cerimonial.

ARTEFATOS é a soma de todos os artigos funerários e outros necessários à realização do funeral conforme padrão necessário ou solicitação do contratante. Inclui: urna, véu, ornamentação da urna, material para assepsia do corpo e de proteção individual do agente.

SERVIÇOS são as atividades e suporte operacional necessário à realização do funeral conforme cobertura, padrão solicitado ou necessidade, expedição de documentos e intervenções, visando minimizar as ações e tarefas do contratante, expedientes administrativos e disponibilidade de estrutura técnica e física, gerenciamento e suporte a toda a ação.

CERIMONIAL compreende a assistência a família, contratante ou participantes da homenagem, cujo cortejo fúnebre em perímetro urbano, ornamentação do local da homenagem, montagem e desmontagem de câmara ardente, organização e coordenação da homenagem conforme padrão de funeral contratado.

TANATOPRAXIA é a técnica de embalsamento que consiste em retardar o processo de decomposição do corpo, conservando sua aparência, minimizando alterações fisionômicas e permitindo que o velório se estenda além das vinte e quatro horas tradicionais. A tanatopraxia somente será realizada por pessoas habilitadas para tal função, sob a responsabilidade de um diretor ou agente funerário devidamente qualificado e regularmente cadastrado no órgão responsável pelos procedimentos técnico, legais e administrativos inerentes a execução de toda a atividade funerária da concessionária.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

A atividade funerária é todo ato relacionado com a prestação de serviços funerários, homenagens póstumas, translado, embalsamamento (Tanatopraxia) e providências administrativas para registro do óbito.

Para os fins deste Projeto Básico, definem-se serviços funerais como o conjunto de atividades, envolvendo o fornecimento de ataúdes, urnas e caixões mortuários para pessoas falecidas neste Município, conforme Tabela de Preços aprovada pela concedente, podendo colocar à disposição dos usuários outros modelos, desde que os preços não superem aqueles constantes da Tabela Referencial.

Serviços funerários específicos obrigatórios e facultativos consistem nas seguintes atividades, compreendendo:

a) fornecimento de caixões, ataúdes, esquifes e urnas mortuárias;

funerários, salvo nos casos em que o transporte deva ser realizado por autoridade policial;

1. embalsamento, embelezamento, conservação e restauração de cadáveres;
2. ornamento com flores e outros paramentos afins;
3. preparação de urnas mortuárias e preparação de cadáveres ou corpos com ornamentação e instalação mortuária de qualquer espécie;
4. fornecimento de véu e outros adornos;
5. transporte de coroa e flores nos cortejos fúnebres;
6. divulgação nos meios de comunicação sobre o falecimento, com fornecimento de noticiários de falecimento e ofícios religiosos fúnebres, para jornais e emissoras de rádio do Município;
7. transporte de esquife ou similar;
8. organização de velórios mediante locação de salas velatórias;
9. desembaraço de certidão de óbito e fornecimento de documentação necessária ao sepultamento, adotando providências administrativas para registros de óbitos em cartórios de registro civil, delegacias de polícia, instituto médico legal, liberação de corpos em hospitais, clínicas, casas de saúde, órgãos ou repartições públicas;
10. instalações e manutenção de prédios com salas de velório, de acordo com a legislação sanitária vigente;
11. transportes fúnebres, compreendendo transporte de féretros ou do corpo cadavérico e transporte de cadáveres humanos exumados dentro do Município ou deste para outros municípios, respeitada a legislação de cada cidade;
12. providências administrativas junto às repartições municipais, cemitérios, agências de previdência social, prestando conta às famílias interessadas de todas as despesas efetuadas e recebimentos;
13. Atendimento a todas as posturas do Código Sanitário, bem como, acompanhamento junto aos órgãos oficiais para a liberação de corpos sujeitos à necropsia pela legislação vigente;
14. locação de altares, demais acessórios e paramentos necessários à realização dos funerais, além de outros correlatos que sirvam de meio à consecução do serviço;
15. Outros serviços complementares e pertinentes à concessão, nos termos da legislação municipal e das normas emanadas pela Concedente.
16. A comercialização de planos e convênios funerários não estão inclusas nas atividades que consistem os serviços funerais previstos neste projeto básico.
17. É vedado a Concessionária o exercício de qualquer atividade comercial estranha ao Serviço Funerário à exceção de venda de Plano Funerário, devendo constar no contrato os artefatos, atendimento e serviço cerimonial, cuja qualidade não poderá ser inferior a constante na proposta apresentada pela licitante vencedora da presente licitação.
18. A concessionária também deverá manter atendimento da eventual demanda de usuários dos outros planos e convênios funerários existentes, assim considerados os possuidores de plano de seguro mútuo funerário, nos moldes previstos neste projeto básico, em padrões compatíveis com o especificado na respectiva promessa de direito, cuja qualidade não poderá ser inferior a constante na proposta apresentada pela licitante vencedora da presente licitação, desde que a empresa esteja legalmente autorizada a executar os serviços.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS METAS E DISPONIBILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONCESSÃO

A execução dos serviços do objeto desta licitação deverá ser elaborada em local próprio indicado pela proponente vencedora, localizado no Município de Monte Carlo/

consecução do objeto, e dependências para acomodação do pessoal a ser atendido, tudo às expensas do licitante vencedor deste certame, cumpridas as disposições legais e posturas municipais que normatizam e autorizam o exercício de tal atividade, ficando ressalvado que havendo inobservância dessas condições, ficará configurado o motivo para rescisão do contrato, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis à espécie.

De acordo com os dispostos no item acima, a Concessionária deverá constituir obrigatoriamente filial ou sede neste Município e disponibilizar a instalação, administração, com escritório, telefone, funcionamento do setor administrativo, financeiro e de atendimento ao público, disponibilizando no local de execução dos serviços todo o equipamento adequado, materiais e mão de obra necessária, bem como, instalará e manterá acomodação e técnicas suficientemente hábeis para a realização do objeto desta licitação, comprometendo-se ao pleno cumprimento do disposto nas normas e especificações constantes dos anexos do Edital a ser lançado, devendo incumbir-se de todos os encargos decorrentes dessa obrigação, contados da data e assinatura do Termo de Compromisso, o qual será firmado após a adjudicação, ressaltando-se que, o não atendimento a tal disposição caracterizará, para todos os fins de direito, o estatuído pelos artigos 77 a 80, com a incidência dos artigos 86 a 87, todos da Lei Federal 8.666/93.

O serviço adequado com a estrutura física das instalações do local para o desempenho das atividades funerárias, contendo área mínima de 120 m², apropriada para a atividade, de acordo com a legislação sanitária vigente, observando as seguintes especificações mínimas:

1. Sala de recepção;
2. Sala de exposição(interna)para ataúdes e materiais correlatos;
3. Dependência para plantonista;
4. Banheiro;
5. Sala de velório;
6. Quarto para descanso;
7. Sala de tanatopraxia;
8. Número suficiente de funcionários para a prestação adequada dos serviços diurno/noturno;
9. Projeto aprovado com licença expedida pelo Corpo de Bombeiros;
10. Licença expedida pela Vigilância sanitária;
11. Licença expedida pela Prefeitura;
12. Recepção climatizada;
13. O local para o embalsamamento, a formalização e a reconstituição de cadáveres, tem que estar construído devidamente iluminado e ventilado; sem odor, devendo conter ainda: mesa adequada que facilite o escoamento de líquido, feita ou revestida de material liso, resistente e impermeável; lavatório ou pia com água corrente e dispositivo que permita a lavagem das mesas e piso; instalações sanitárias; um lavatório e um chuveiro com paredes e pisos revestidas de material liso impermeável e resistente.
14. Plano de Operação e Manutenção Funerária.
15. Em caso de construção serão responsáveis pela elaboração de todos os projetos da(s) obra(s). Nos dois casos antes de iniciar obra, locar ou adquirir prédio, os locais, prédios e/ou projetos deverão ter a prévia aprovação do poder concedente.

CONDIÇÕES FÍSICAS DO ESTABELECIMENTO

seguintes condições físicas gerais:

1. não possuir comunicação física com ambiente de domicílio ou outro estabelecimento que realize atividades não relacionadas às constantes no documento;
2. rede elétrica em bom estado de conservação e abastecimento de água potável;
3. reservatório de água potável revestido de material resistente e impermeável com cobertura adequada e capacidade de armazenamento compatível com o consumo;
4. esgoto sanitários ligados à rede pública. Nos locais onde não houver rede pública de esgoto, deve-se utilizar sistema de fossa séptica e sumidouro seguindo as normas NBR8160 e NBR7229 da ABNT e/ ou outros atos normativos que vierem a substituí- las ou complementá-las;
5. instalações elétricas e hidráulicas embutidas ou protegidas, facilitando a circulação e a higienização do ambiente;
6. forro ou teto em bom estado de conservação, revestido por material que possibilite a limpeza e manutenção;
7. piso revestido de material resistente, antiderrapante, impermeável e que possibilite processo completo de limpeza e desinfecção;
8. paredes, portas e janelas revestidas de material resistente, liso e lavável nos locais onde houver procedimentos de higienização, tamponamento, armazenagem temporária e conservação de restos mortais humanos;
9. janelas e demais aberturas destinadas à ventilação do ambiente, onde sejam realizados procedimentos de higienização, tamponamento, armazenagem temporária ou conservação de restos mortais humanos, protegidas contra a entrada de insetos e outros animais;
10. condições de manejo de resíduos de acordo com a RDC ANVISA nº 50/02, RDC ANVISA nº 306/04, Resolução CONAMA nº 358/05 e outros atos normativos que vierem a substituí-las ou complementá-las.

Com relação aos ambientes comuns, os estabelecimentos funerários, devem observar o seguinte:

1. quanto à sala ou área administrativa: Ambiente obrigatório, em que se realizam as atividades administrativas do estabelecimento. Essas salas ou áreas não podem funcionar na sala de higienização, tamponamento, conservação de restos mortais humanos e tanatopraxia nem abrigar as atividades de preparo e esterilização de materiais ou armazenagem temporária de cadáveres;
2. quanto à sala de recepção e espera ara atendimento ao usuário: Ambiente obrigatório para os estabelecimentos que atendam ao público em suas dependências. Devem apresentar condições de conforto para os usuários. A entrada deve ser independente daquela utilizada para embarque e desembarque de restos mortais humanos. Essas salas ou áreas não podem funcionar na sala de higienização, tamponamento, conservação de restos mortais humanos e tanatopraxia nem abrigar as atividades de preparo e esterilização de materiais ou armazenagem temporária de cadáveres;
3. quanto à instalações sanitárias: são obrigatórios em todos os estabelecimentos e devem possuir separação por sexo, com no mínimo um sanitário adaptado para deficientes físicos;
4. quanto ao depósito de material de limpeza (DML):Ambiente obrigatório, exclusivo para guarda dos materiais, equipamentos e saneantes utilizados nos procedimentos de limpeza e desinfecção do estabelecimento, bem como a sua preparação para uso;
5. condições de manejo de resíduos de acordo com a RCD ANVISA nº 306/04, Resolução CONAMA nº 358/05 e de outros atos normativos que vierem a substituí-las ou complementá-las.
6. os estabelecimentos que tenham funcionário(s) em regime de plantão devem dispor de sala de plantonista e condições de conforto para repouso.

Os estabelecimentos que realizam o comércio de artigos funerários, além do disposto nos itens acima, devem possuir sala ou área para guarda de artigos funerários. Essas salas ou áreas não podem funcionar na sala de higienização, tamponamento, conservação de restos mortais humanos e tanatopraxia nem abrigar as atividades de preparo e esterilização de materiais ou armazenagem temporária de cadáveres.

HIGIENIZAÇÃO, TAMPONAMENTO, CONSERVAÇÃO DE RESTOS MORTAIS HUMANOS E TANATOPRAXIA

Os estabelecimentos que realizam procedimentos de higienização, tamponamento e ou conservação de restos mortais humanos, além do disposto nos itens precedentes, deverão possuir as seguintes áreas:

1. área para embarque e desembarque de carro funerário: Área exclusiva, com acesso privativo, distinto do acesso público ao estabelecimento funerário;
2. sala para higienização, tamponamento e procedimentos de conservação de restos mortais humanos, devendo ser com acesso restrito aos funcionários do setor;
3. sistema mecânico de exaustão;
4. Recursos de lavagem das mãos: pia ou lavatório com torneira ou comando que dispensa o contato das mãos para o fechamento da água, provisão de sabão líquido, além de recursos para secagem das mãos;
5. Mesa ou bancada tanatológica para higienização de restos mortais humanos, com formato que facilita o escoamento de líquidos, feita em material liso e impermeável e que possibilite processos repetidos e sucessivos de limpeza, descontaminação e desinfecção;
6. Vestiários para funcionários diferenciados por sexo, com área para escaninhos e boxes individualizados para chuveiros e bacias sanitárias;
7. Sala ou área para higienização e esterilização de materiais e equipamentos, sendo que este ambiente deve ser de acesso restrito aos funcionários do setor;
8. Recursos para lavagem das mãos, contendo pia ou lavatório com torneira ou comando que dispensa o contato das mãos para o fechamento da água, provisão de sabão líquido, além de recursos para secagem das mãos;
9. Bancada com pia em material liso, impermeável para higienização de equipamentos e materiais;
10. Equipamento de esterilização compatível com a demanda do estabelecimento e com os equipamentos e materiais que se pretende esterilizar. A atividade de preparo e esterilização de materiais pode ser executada na sala para o preparo e higienização de restos mortais humanos, desde que haja barreira técnica e as condições descritas no item anterior, já a sala ou área para higienização das mãos pode ser apenas um para os dois ambientes.

Os estabelecimentos Funerários que oferecerem a armazenagem temporária dos restos mortais humanos além do disposto nos itens acima deve possuir câmara frigorífica exclusiva e compatível com a atividade, constituída de material sanitário e com formato que facilite a execução dos procedimentos de limpeza e desinfecção.

Para realizar a atividade de translado dos restos mortais humanos, além do disposto nos itens acima, o Estabelecimento Funerário deve possuir no mínimo 01(um) veículo utilitário e 01(um) veículo para uso de cortejo, devendo ser utilizado exclusivamente para esse fim, devendo ser passível de lavagem e desinfecção frequentes e dotado de compartimento exclusivo para transporte de urnas funerárias, com revestimento em

e desinfecção.

RECURSOS MATERIAIS

Constitui equipamentos indispensáveis para a execução dos serviços:

1. castiçais;
2. suporte para ataúdes;
3. crucifixo com resplendor;
4. porta bíblia;

Os equipamentos deverão ser de materiais que facilitem o transporte e a limpeza;

DEMAIS INFORMAÇÕES

Além das condições acima relacionadas, a Concessionária também deverá disponibilizar:

1. Um almoxarifado, onde deverá manter sempre um estoque mínimo de caixões mortuários, conforme previsto na proposta da licitante vencedora desta licitação;
2. No mínimo 01(um) veículo utilitário e 01(um) veículo para uso de cortejo, sendo que o compartimento de transporte de urna ou caixão deverá ser impermeabilizado e isolado de cabine do motorista e passageiro, deverá possuir certificado de vistoria e inspeção veicular, conforme o Código de Trânsito Brasileiro, sendo, os mesmos, adequados conforme legislação, devidamente identificados, na forma a ser definida pela Concedente.

Os veículos a serem usados para prestação dos serviços deverão satisfazer as seguintes exigências:

1. Estar em excelentes condições de uso, na parte mecânica, elétrica e hidráulica, sendo que, durante toda a execução do contrato de concessão, a referida frota não poderá exceder a idade média de 10 (dez) anos;
2. O veículo deverá dispor de vidros no compartimento de transporte de ataúdes, deverá receber tratamento que impeça a visão no sentido exterior/interior;
3. Possuir mesas para apoio horizontal, com facilidade de carga e descarga;
4. A pintura deverá ser uniforme em todo o veículo, preferencialmente em cor escura;
5. Para a execução dos serviços, os veículos deverão ser mantidos limpos e conservados dentro das determinações legais de higiene e segurança veicular;
6. Obrigatoriamente, os veículos devem ser devidamente licenciados do DETRAN, especificamente de acordo com as normas regulamentares aplicáveis para a execução dos serviços funerários, devendo manter durante todo o prazo da concessão seguro contra terceiros, cuja respectiva apólice deverá ser apresentada anualmente, da data a ser fixada pela Secretaria Municipal de administração;
7. Obrigatoriamente, os veículos devem ter Certificado de Propriedade (DUT) com registro de sua propriedade em nome da futura Concessionária.
8. Não será permitido o estacionamento de veículos de translado de cadáveres na via pública e nas calçadas.
9. Não será permitido o transporte de cadáveres em veículos inadequados para atividade, ou específicos para outros fins.
10. No acompanhamento do cortejo fúnebre os veículos deverão observar uma velocidade máxima de 30(trinta) quilômetros por hora, dentro do perímetro urbano.

DO PRAZO DE CONCESSÃO

Contrato. A CONCESSIONÁRIA iniciará a execução dos serviços em até 60 (sessenta) dias, a partir da assinatura do mesmo, sob pena de perda da concessão.

REGIME DE EXECUÇÃO

A Concessionária deverá prestar seus serviços como previsto no Edital e no Termo de Contrato de Concessão, cuja minuta integrará o Edital.

A Concessionária se obriga a executar o objeto do contrato de concessão, devendo manter equipe técnica especializada, com equipamentos adequados, para a perfeita execução dos serviços abaixo discriminados:

1. Fornecimento de ataúdes, urnas e caixões mortuários, conforme Tabela de Preços aprovada pela Concedente, podendo colocar à disposição do particular, outros modelos, desde que os preços não superem aqueles constantes da Tabela Referencial do Município de Monte Carlo /SC;
2. Remoção e transporte de cadáveres, salvo nos casos em que o transporte deva ser realizado por autoridade policial;
3. Ornamentação e instalação mortuária de qualquer espécie;
4. Transporte de esquife ou similar;
5. Transporte de coroa e flores nos cortejos fúnebres;
6. Providências administrativas para registros de óbitos em cartórios de registro civil, delegacias de polícia, instituto médico legal, liberação de corpos em hospitais, clínicas, casas de saúde, órgãos ou repartições públicas;
7. Outros serviços inerentes auxiliares e complementares sob responsabilidade da concessionária, assumindo todos os encargos e obrigações, sem direito a qualquer restituição por parte da Municipalidade, após o término do prazo da Concessão;
8. Intermediação, assessoria para despachos aéreos ou terrestres, nacionais ou internacionais de cadáveres;
9. Representação da família no encaminhamento de requerimento e outros documentos junto aos órgãos competentes, bem como para remoção nacional ou internacional e translado do corpo;
10. Fornecimento de noticiários de falecimentos e ofícios religiosos fúnebres, para emissoras de rádio do Município;
11. Providências administrativas junto às repartições municipais, cemitérios, agências de previdência social, prestando conta às famílias interessadas de todas as despesas efetuadas e recebimentos;
12. Atendimento a todas as posturas do Código sanitário, bem como, acompanhamento junto aos órgãos oficiais para a liberação de corpos sujeitos à necropsia pela legislação vigente;
13. Outros serviços complementares e pertinentes à concessão, nos termos da legislação municipal;
14. Limpeza, manutenção e conservação da funerária a ser disponibilizada no Município de Monte Carlo / SC, inclusive pintura, bem como do local de preparação de corpos, utilizando equipamentos, material e equipe técnica própria, necessários para a prestação adequada dos serviços, sem ônus para a Concedente;
15. Submeter, periodicamente as tabelas de preços à consideração da Prefeitura;
16. Dispor de local adequado para preparação de corpos, conforme as normas sanitárias vigente;
17. Para encaminhamento e solução de casos de rotina decorrentes do presente contrato, a Concedente far-se-á representar pela Secretaria Municipal de Administração.



1. A licitante vencedora deverá manter sempre um estoque mínimo de caixões, de todas as referências (caixões mortuários) constantes da proposta, podendo colocar à disposição dos usuários outros modelos, desde que os preços não superem aqueles constantes da Tabela Referencial do Município de Monte Carlo.
2. A licitante vencedora deverá também prestar, sem qualquer ônus para o Município, serviços funerários gratuitos aos indigentes . Aos munícipes carentes será prestada assistência em caráter suplementar, desde que atestada sua carência pela Secretaria de Assistência Social, que providenciará laudo socioeconômico, nos termos da legislação municipal, assegurando o atendimento, sem limite quantitativo para indigentes de acordo com ofertado em proposta técnica.
3. Transporte e translado funerário, dentro do Município ou fora dela, na ocorrência de óbito de munícipe hospitalizado em outra localidade;
4. A Concessionária fornecerá, de forma complementar, para as pessoas carentes indicadas pela Prefeitura, os serviços obrigatórios ao atos funebres.
5. Para caracterizar o funcionamento adequado do estabelecimento funerário a Concessionária também deverá observar que:
6. Não é permitida a exposição de mortuário fora do estabelecimento ou voltada diretamente para a rua;
7. A instalação deverá ser mantida em perfeitas condições, com instalações hidro sanitárias perfeitas, e deverá estar regularmente aprovada pelo órgão municipal, mediante o termo de Habite-se;

u) A inobservância da escala de plantão de funcionários e o desrespeito a família, ensejará a abertura de processo administrativo com vistas ao cancelamento de concessão.

DA TARIFA DOS SERVIÇOS

Os preços dos serviços funerários obedecerão a Legislação Municipal, que Regulamenta os Serviços Funerários, considerando a planilha de custo apresentada pela Concessionária; respeitada a justa remuneração do capital, o melhoramento da expansão dos serviços, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro para a atividade.

Deverão apresentar uma numeração crescente de preços, relacionada com cada categoria previamente identificada, dando condições para qualquer interessado identificar o preço e a uma urna a que se refere, assim como o valor cobrado por quilômetro percorrido no translado e, ainda, o valor mínimo e quantidade de flores usadas na respectiva urna.

Os serviços serão cobrados dos usuários solicitantes dos trabalhos da Concessionária de acordo com a Legislação Municipal, que deverá ser obrigatoriamente fixada em local com ampla visibilidade ao público, dentro das dependências da funerária da Concessionária.

Constatada a ausência ou dificuldade de verificação da tabela de preços pelos fiscais, implicará na imediata suspensão da licença de localização e funcionamento e na instauração de procedimento para cancelamento da concessão sem prejuízo da aplicação de outras penalidades.

A Prefeitura fica isenta de responsabilidade de atos praticados por terceiros, sem sua expressa autorização.

DISPOSIÇÕES GERAIS



Na execução dos serviços licitados no edital, a Concessionária ainda deverá:

1. Garantir o sigilo dos e informações dos usuários;
2. Manter pessoal envolvido na realização dos serviços, devidamente uniformizado e com crachá de identificação;
3. Manter equipes de funcionários qualificados dentro do necessário, adequadas à perfeita execução dos serviços objeto do Contrato, e que atenderão ao Serviço Funerário concedido, em períodos de horário comercial e plantão 24 horas, inclusive nos sábados, domingos e feridos, com telefone, para atendimento quando solicitado;
4. Executar os serviços, responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal utilizado na prestação dos serviços, subordinado direto e de exclusiva responsabilidade da Concessionária, inclusive no tocante às obrigações trabalhistas resultantes de vínculo empregatício, previdenciárias, sociais, fiscais, comerciais e civis, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Concedente;
5. Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos serviços ou de atrasos junto ao usuário;
6. Sujeitar-se às normas ou regulamentos emanados pelo Executivo Municipal e à fiscalização dos serviços prestados, bem como manter os documentos contábeis e despesas operacionais à disposição da Concedente;
7. Manter instalações adequadas ao fornecimento dos serviços com sede ou filial no Município.
8. Quando necessários à execução dos serviços, a Concedente poderá autorizar a utilização de bens à Concessionária, cabendo a esta a conservação e mantendo em perfeitas condições de uso.
9. A Concessionária se obriga a executar os serviços no Município de forma direta, sendo-lhes vedada a celebração de qualquer outro ajuste com terceiros, com a mesma finalidade desta.
10. A Concessionária não poderá ceder, transferir, arrendar ou de qualquer forma passar a terceiros o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da Administração Municipal, sob a pena de rescisão contratual.
11. Extinta a concessão todos os bens reversíveis, direitos e privilégios eventualmente transferidos a Concessionária retornarão a Concedente.
12. A quantidade, especialidade e remuneração do pessoal para execução dos serviços concedidos, ficarão ao exclusivo critério da Concessionária, respeitadas as necessidades da demanda e de acordo com o mercado regional de trabalho.
13. A Concessionária se obriga a conservar e manter em perfeitas condições de uso os bens que forem utilizados.
14. Outros serviços poderão ser autorizados pela Concedente à Concessionária, desde que se mostrem necessários à execução dos serviços, os quais passarão a integrar a Concessão.

Todo e qualquer dano ou prejuízo causado a Prefeitura Municipal ou a terceiros, em decorrência da prestação dos serviços funerários objetos desta licitação serão sempre de responsabilidade da licitante vencedora, que for contratada, a qual está permanentemente obrigada a atender as exigências dos Poderes Públicos competentes.

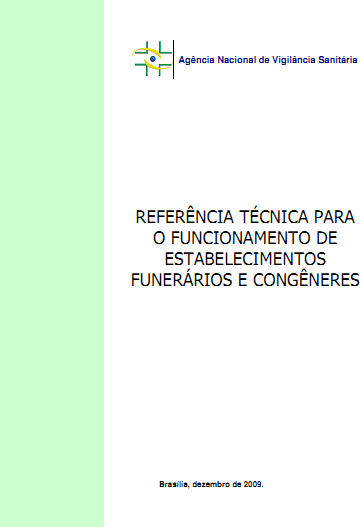
Monte Carlo – SC, 22 de julho de 2021

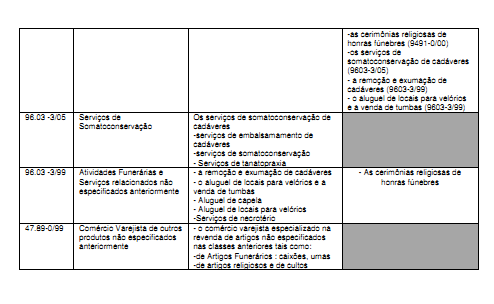
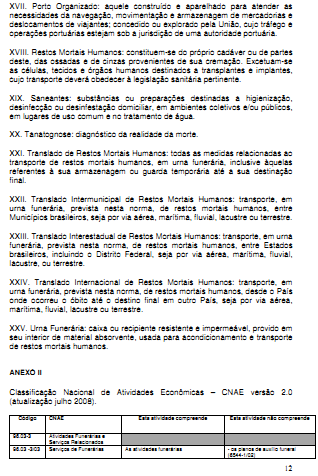
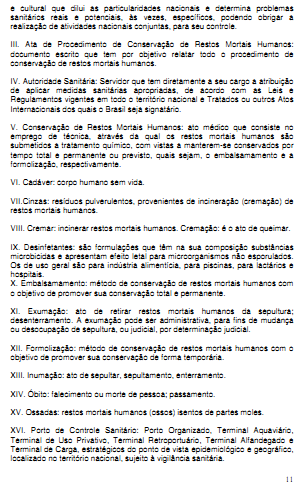
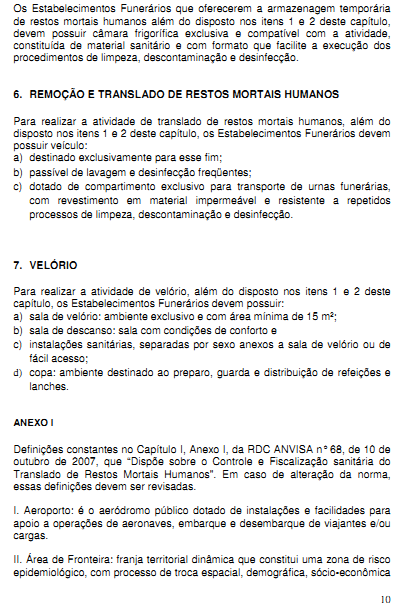
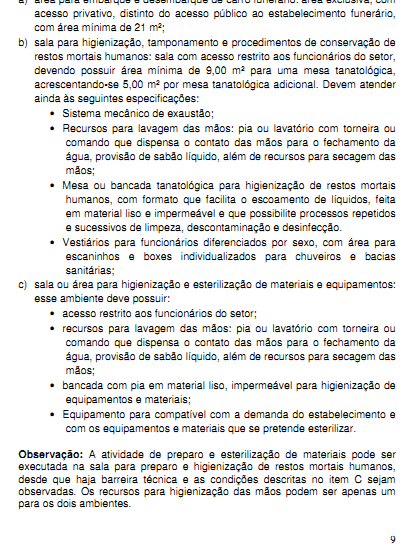
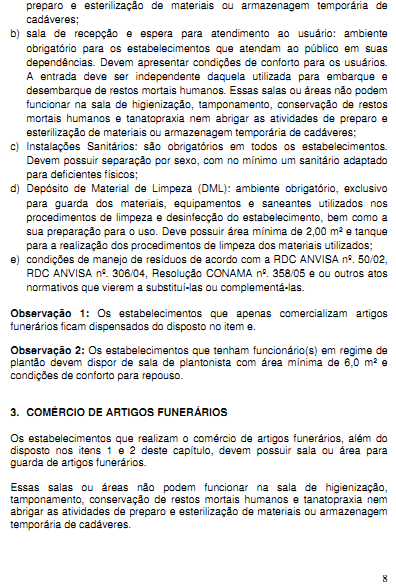
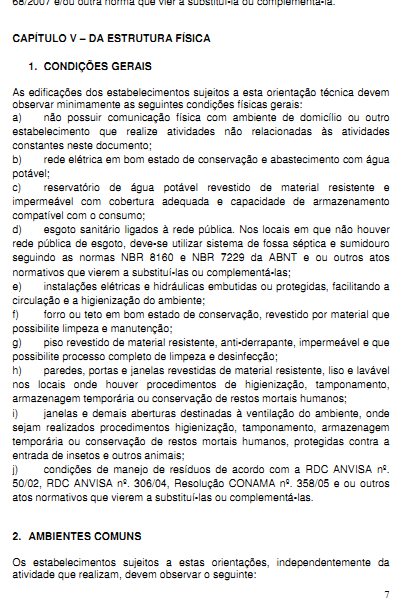
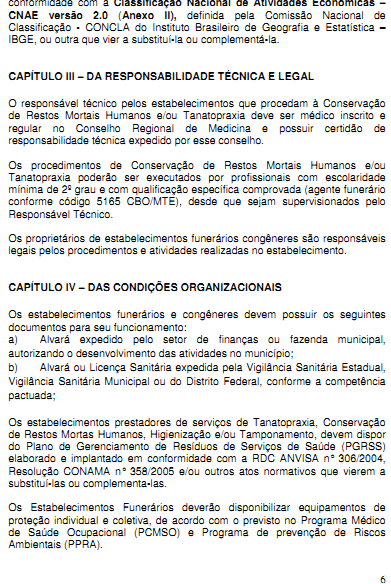
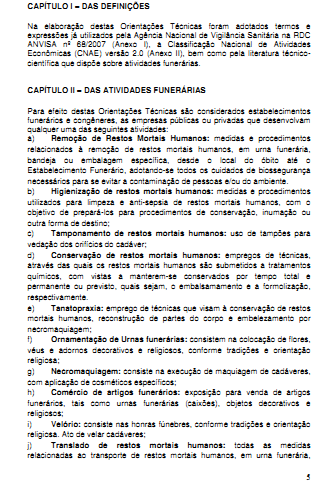
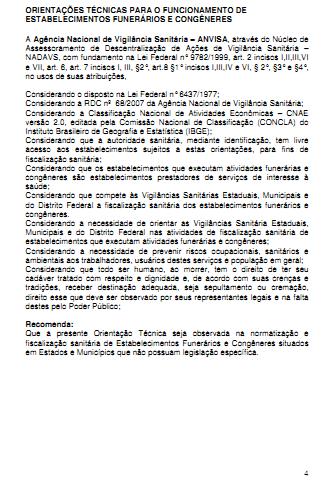
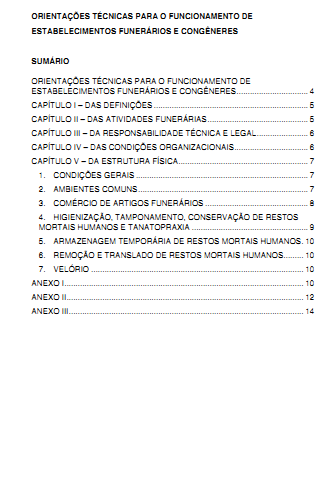
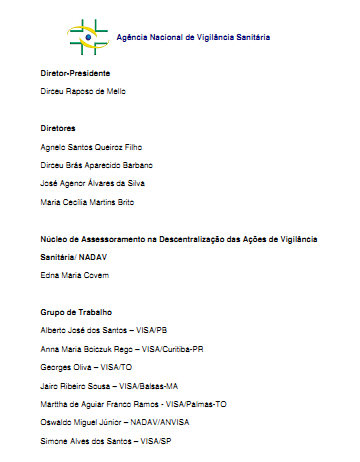
Emanuelli Bridi

Secretária Municipal de Administração



|  |
| --- |
| **ANEXO VIII** |





NADAV/DIMCB/ANVISA 2009 14 ANEXO III

Modelo de Ata de Conservação de Restos Mortais Humanos constante no Anexo VIII da RDC ANVISA n° 68, de 10 de outubro de 2007, que “Dispõe sobre o Controle e Fiscalização sanitária do Translado de Restos Mortais Humanos”. Em caso de alteração da norma, esse modelo deve ser revisado.

Aos ..... dias do mês de ....do ano de ..., às...horas, na sala ...do..., sito à rua ..., da cidade...., Estado de , devidamente autorizado pela autoridade policial e pela

autoridade sanitária que assinam essa ata, bem como por , representante legal

do falecido Sr.(a)..... documento (RG, CPF, Título de Eleitor), (nacionalidade),

........ (estado civil), ........ (profissão), ........ (idade), filho(a) de....... e de , falecido

às ..... horas do dia ....de......de....., certidão de óbito nº....., do......Cartório. da

cidade de......., no Estado de .........

Atestado o óbito pelo Sr. Dr (médico que assinou o atestado de

óbito) que deu como causa mortis (causa do óbito) e nada havendo que

contraindicasse o processo de conservação dos Restos Mortais Humanos , o Dr......(nome do médico realizador do procedimento de conservação), inscrito no CRM sob o nº. ...... , no Estado de ...., procedeu a conservação técnica que segue:.....................(descrever o que foi realizado)................................

Após o procedimento técnico, os Restos Mortais Humanos foram colocados no interior da urna impermeável, do tipo prevista no presente Regulamento, sendo

esta, em seguida, lacrada, perante os signatários da ata.

O translado destina-se à cidade de............, no Estado de. ,no

País.........assegurando-se pelo prazo de , desde que mantidas

as condições sanitárias previstas neste regulamento.

A presente Ata, lavrada em três vias, lida e considerada conforme, é datada de.../..../ e assinada por:

Autoridade policial

Autoridade sanitária

Representante da família do falecido

Médico responsável pelo ato de conversação CRM nº.

Auxiliar do médico

Testemunha 1

Testemunha 2